

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: **15.9060.3-001.00**

### **Termos de Referência**

#### **Elaboração de Resumo Executivo do Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica de Santos - PMMA e Ações para Apoio à Prefeitura Municipal de Santos junto ao Comdema – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**

## **1. Introdução**

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis e;
8. Eventos para troca de experiências.

## **2. Contexto**

O PNA envolve um conjunto de estratégias setoriais com importante sinergia com as políticas e instrumentos de gestão municipal. Nesse sentido, destaca-se a estratégia para cidades e para o clima urbano, que tem características específicas. O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado das transformações sucessivas para a construção de infraestruturas urbanas e da redução da cobertura vegetal do solo. Todos esses fatores contribuem para o aumento da temperatura nas cidades e para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, além dos fenômenos como inversão térmica.

O microclima urbano tem forte impacto na saúde das populações urbanas. Do ponto de vista dos ecossistemas, esses impactos envolvem o conjunto de processos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

Nesse contexto, o projeto *“Apoio ao Brasil na Implantação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PROADAPTA”* visa favorecer o aumento da

resiliência urbana climática no Brasil, por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação (*outcome*), mediante o apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) nos processos de coordenação e cooperação entre as três esferas de governo, setores econômicos e sociedade civil, uma vez que os impactos da mudança do clima ocorrem em escala local, mas as medidas de enfrentamento dependem de ações coordenadas e implementadas em diferentes estratégias setoriais, temáticas e regionais.

O PROADAPTA está estruturado em três componentes (*outputs*) que visam o alcance dos seguintes resultados:

1. Apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação da implementação da agenda nacional de adaptação, por meio do aprimoramento dos mecanismos de coordenação de fóruns de intercâmbio entre atores centrais nos diferentes níveis de governança; implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades para implementação do PNA; monitoramento e avaliação do PNA; desenvolvimento e implementação de uma estratégia de financiamento e comunicação do PNA.
2. Inserção da consideração do risco climático nas políticas e estratégias de ministérios setoriais, estados e municípios selecionados e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local, por meio de análises de: impacto e vulnerabilidade, custo-benefício da adaptação e pontos de entrada para consideração de riscos climáticos em processos de planejamento e decisão; realização de experimentos pilotos: gestão de risco climático nos processos de planejamento e medidas de adaptação.
3. Sensibilização de atores do setor privado e da sociedade civil para as oportunidades e os riscos da mudança do clima e o uso de opções de adaptação.

Desde 2018, o Projeto ProAdapta conta com a parceria executiva da Prefeitura Municipal de Santos, em especial, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), por meio da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima (CMMC) para o alcance dos objetivos apresentados, sendo um deles a elaboração, aprovação e início da implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA de Santos. Por meio deste convênio, foi possível desenvolver estudos, oficinas, desenvolvimento e fortalecimento de planos e setores governamentais municipais.

No âmbito da componente 3, o presente TDR tem como objetivo promover a divulgação e comunicação do PMMA de Santos por meio de elaboração de Resumo Executivo para divulgação à sociedade.

### **3. Justificativa**

Para que os municípios possam enfrentar os impactos das mudanças do clima e implementar medidas de adaptação, por meio do fortalecimento a capacidade adaptativa é preciso que seja desenvolvida uma estratégia de sensibilização e engajamento junto aos diversos setores da sociedade.

Neste sentido, dentro da estratégia de sensibilização e engajamento da sociedade civil, é contrapartida do parceiro municipal do ProAdapta, o Município de Santos, compartilhar os produtos para outras regiões e municípios e replicar os aprendizados e boas práticas no âmbito do ProAdapta, além de ampliar sua divulgação entre diferentes segmentos do Município com importante natureza multiplicadora. Assim, este TdR visa colaborar com a estratégia de comunicação para sensibilização da sociedade civil quanto a importância de políticas públicas para conservação e iniciativas de enfrentamento à crise climática.

### **4. Objetivo**

Elaboração de Documento Executivo do Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica de Santos - PMMA visando sensibilizar a sociedade civil e tomadores de decisão, elaborado com apoio do **PROADAPTA PN: 15.9060.3-001.00**.

### **5. Atividades principais**

O presente TdR será desenvolvido com apoio de consultoria específica de especialistas em comunicação. A presente consultoria será responsável por definição de conteúdo para o Plano Executivo do PMMA, em articulação junto a SECLIMA, GTT PMMA, GIZ e equipe de comunicação.

As seguintes atividades serão desenvolvidas:

- I. **Diagnóstico resumido:** deverá ser desenvolvido conteúdo reorganizado em outra estrutura, com reescrita e inclusão encadeada de novos conteúdos, resumido, com elaboração de figuras e tabelas sintéticas e selecionadas às figuras anteriores válidas, contendo até 40 páginas, e inclui:

- a. Formatação do texto de elementos como figuras, tabela, quadros, mapas, sumário e atualização de referência bibliográfica;
- b. Inclusão de fotos do processo e informações quanto às oficinas (relação e números de participantes);
- c. Complementação de texto de apresentação do bioma Mata Atlântica conforme indicado pelo GTT PMMA (como era o bioma no município, como ele se encontra atualmente, biodiversidade, serviços ecossistêmicos com foco na mitigação e adaptação às mudanças do clima, entre outros);
- d. Revisão de bibliografia disponível na pasta GTT PMMA e outras indicadas quanto às fitofisionomias do bioma Mata Atlântica;
- e. Inserir parágrafo de contextualização sobre Gênero, Direitos Humanos e Conservação de Mata Atlântica.

II. **Plano Executivo do PMMA:** o documento deverá conter o total de até 75 páginas a ser encaminhada a equipe de comunicação que será responsável pela diagramação e identidade visual. Esta etapa abrange ainda a formatação do texto final e a articulação junto aos parceiros locais para aprovação do texto.

III. **Apoio na apresentação pública do PMMA:** composição de sequência de conteúdos, aspectos estéticos e formais de apresentação em slides (em .ppt) para as reuniões públicas (COMDEMA, audiência pública).

Vão fazer parte desse processo as seguintes atividades transversais:

- Articulação e alinhamento da estratégia de comunicação em consideração frequente com as equipes da CMMC, SECLIMA e GIZ;
- Reuniões de alinhamento periódicas (e-mail/ telefone/ Skype/ MS Teams) com o contratante e seus parceiros para levantamento de demandas de suporte, levantamento de informações e atualização sobre os produtos elaborados;
- Repasses semanais sobre as atividades acompanhadas e próximos passos, através de discussões e reflexões contínuas.

## 6. Produtos e Prazos

As atividades deverão ser realizadas entre **24 de março de 2021 a 16 de junho de 2021**, com apresentação do produto final até 16 de maio de 2021. Qualquer alteração de produto e prazo deverá ser acordada entre as partes.

Todas as atividades desenvolvidas no contrato deverão, ao término do prazo estabelecido, gerar relatórios que serão entregues em cópias digitais à equipe da GIZ,

para posterior encaminhamento aos demais supervisores, para aprovação e liberação para pagamento.

**Tabela 1.** Produtos e prazos esperados.

ETAPAS	ATIVIDADES	PRODUTOS	DIÁRIAS ESTIMADAS		PRAZO ESTIMADO	FORMATO
			Consultora sênior	Consultora plena		
DIAGNÓSTICO	<p><b>Atividade 1.1:</b> Escrita e resumo de apresentação, introdução e diagnóstico do PMMA; <b>Atividade 1.2:</b> Participação em reuniões e oficinas; <b>Atividade 1.3:</b> Organização de materiais, elaboração de novos itens e ajustes do sumário proposto; <b>Atividade 1.4:</b> Elaboração de figuras sintéticas; <b>Atividade 1.5:</b> inclusão de contribuições consultores temáticos - riscos e geoprocessamento, e da revisão GTT e parceiros</p>	<p><b>Produto 1 –</b> Entrega do Diagnóstico do PMMA (baseado em documento base) com infográficos e quadros de apoio a leitura</p>	24	15	04/04/2021	Word (até 40 páginas)
PLANO EXECUTIVO	<p><b>Atividade 2.1:</b> Diagramação de conteúdo do PMMA, incluindo o Plano de Ação elaborado pelo GTT PMMA; <b>Atividade 2.2:</b> Apresentação da diagramação e tabelas, infográficos e outros elementos à SECLIMA e GIZ; <b>Atividade 2.3:</b> Correções e ajustes indicados pelo grupo.</p>	<p><b>Produto 2 –</b> Resumo Executivo do PMMA (Apresentação, Introdução, Diagnóstico e Plano de Ação)</p>	5	5	13/04/2021	Word (até 75 páginas)
COMUNICAÇÃO	<p><b>Atividade 3.1:</b> Entrega de apresentação sob supervisão da coordenação do GTT PMMA; <b>Atividade 3.2:</b> Apoio na apresentação em reuniões do COMDEMA (07/04 e 05/05); <b>Atividade 3.3:</b> Apoio na apresentação na audiência pública (prevista para final de abril)</p>	<p><b>Produto 3 –</b> Apoio e subsídios às apresentações em reuniões públicas</p>	3	3	16/04/2021	Word; .ppt
		<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>23</b>		

		<b>DIÁRIAS</b>				
--	--	----------------	--	--	--	--

## **7. Adaptação dos trabalhos ao período de Pandemia COVID 19**

De acordo com o Decreto Municipal Nº 8.896 de 19 de março de 2020<sup>1</sup>, o município de Santos encontra-se em estado de emergência devido à pandemia de corona vírus e implementa medidas temporárias de enfrentamento e para prevenção da propagação e contágio. A Região Metropolitana da Baixada Santista foi declarada em Fase II (laranja) (junho / 2020), que permite a retomada gradual de determinadas atividades, segundo o Governo do Estado de São Paulo<sup>2</sup>. Desta forma, o presente TDR visando seguir as recomendações das autoridades competentes será desenvolvido a partir da adequação dos trabalhos para o ambiente virtual e, caso seja possível, a realização do seminário final no formato presencial.

## **8. Requisitos de qualificação**

Para a execução das atividades definidas na etapa anterior, o presente TdR busca 2 (duas/dois) consultoras/es, que já estejam trabalhando com o tema do PMMA em Santos conforme os seguintes perfis:

- Consultora/or sênior especialista em Paisagem e Sociedade com formação em Geografia e/ou Educação, com, no mínimo, 15 anos de experiência comprovada, conhecimento sobre estudo de caso de Santos será diferencial;
- Consultora/or plena/o com formação na área ambiental (Biologia, Geologia, Ciências da Terra) e mestrado na área de biodiversidade de ecossistemas, conhecimento sobre estudo de caso de Santos.

## **9. Apresentação dos Produtos**

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, devidamente digitalizados e formatados, e obedecendo aos critérios definidos em reunião de alinhamento. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação da GIZ e Prefeitura de Santos que terão prazo de 15 (quinze) dias para se manifestarem. Após a manifestação, a (o) contratada (o) deverá apresentar a versão final, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.

A versão final dos produtos deverá ser entregue em meio digital, em formatos .doc e .pdf, compatíveis para impressão colorida em impressora laser, com os textos

<sup>1</sup> <https://www.egov.santos.sp.gov.br/legis/document/stats.php?type=r&n=999>

<sup>2</sup> [https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/PlanoSP\\_vf5.pdf](https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/PlanoSP_vf5.pdf)

em formato A4 e fonte Calibri tamanho 11. Todas as fontes de consulta, gráficos, imagens ou fotografias deverão ser citadas na bibliografia, que deverá seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os quadros, se houver, deverão especificar as fontes dos dados apresentados.

## **10. Pagamento**

A aprovação final dos serviços/produtos e autorização para pagamento estará a cargo da Sra. Ana Carolina Câmara, Diretora do Projeto Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima/GIZ.

## **11. Código de Conduta**

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as

mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;

- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;
- **Ao prestar o serviço**
  - Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
  - Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;
- **Orientações corporativas**
  - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília - DF, 04 de março de 2021.

**Ana Carolina Câmara**

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à

Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH